

EM DEFESA DO REALISMO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

EN DEFENSA DEL REALISMO EN LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA

IN DEFENSE OF REALISM IN GEOGRAPHY TEACHING

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i3.31879>

Rafael Rossi¹

Resumo: O presente texto aborda as contribuições da perspectiva ontológica e da defesa do realismo no ensino de Geografia a partir das contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e as elaborações do filósofo húngaro Lukács. Trata-se, desse modo, de compreender, num primeiro momento a reciprocidade dialética entre espaço e formação social. Num segundo momento, explicitamos o sentido de realismo, na apreensão mútua do movimento objetivo entre essência e aparência, tendo como base a perspectiva ontológica. Dessa forma, como conclusões, entendemos que no ensino de Geografia é preciso levar em conta que esta ciência e a educação não se explicam por si mesmas, mas nas interações que estabelecem com a sociedade como um todo. Compreende-se que a realidade deve ser apreendida em suas tendências essenciais e nas manifestações concretas e espaciais, para além das descrições enciclopédicas que não avançam sobre superficialidade e, ao mesmo tempo, para além dos posicionamentos idealistas que tentam exigir das objetividades possibilidades que não são reais.

Palavras-chave: Educação Escolar. Geografia. Realismo. Ensino.

Abstract: The present text approaches the contributions of the ontological perspective and the defense of the realism in the teaching of Geography from the contributions of Historical-Critical Pedagogy and the elaborations of the Hungarian philosopher Lukács. In this way, the dialectic reciprocity between space and social formation is understood in the first place. In a second moment, we explain the sense of realism in the mutual apprehension of the objective movement between essence and appearance, based on the ontological perspective. Thus, as conclusions, we understand that in the teaching of Geography it is necessary to take into account that this science and education are not explained by themselves, but in the interactions that establish with the society as a whole. It is understood that reality must be apprehended in its essential tendencies and concrete and spatial manifestations, in addition to encyclopedic descriptions that do not advance on superficiality and, at the same time, beyond the idealistic positions that try to demand from the objectivities possibilities that are not real.

Keywords: Scholar Education. Geography. Realism. Teaching.

Resumen: El presente texto aborda las contribuciones de la perspectiva ontológica y de la defensa del realismo en la enseñanza de Geografía a partir de las contribuciones de la Pedagogía Histórico-Crítica y las elaboraciones del filósofo húngaro Lukács. Se trata, de ese modo, de comprender, en un primer momento la reciprocidad dialéctica entre espacio y formación social. En un segundo momento, explicitamos el sentido del realismo, en la prehensión mutua del movimiento objetivo entre esencia y apariencia, teniendo como base la perspectiva ontológica. De esta forma, como conclusiones, entendemos que en la enseñanza de Geografía hay que tener en cuenta que esta ciencia y la educación no se explican por sí mismas, sino en las interacciones que establecen con la sociedad como un todo. Se comprende que la realidad debe ser prehendida en sus tendencias esenciales y en las manifestaciones concretas y espaciales, además de las descripciones enciclopédicas que no avanzan sobre superficialidad y, al mismo tiempo, más allá de los posicionamientos idealistas que intentan exigir de las objetividades posibilidades que no son real.

Palabras-clave: Educación Escolar. Geografía. Realismo. Enseñanza.

Introdução

O ensino de geografia, preocupado com a transmissão e apropriação do conhecimento científico mais desenvolvido (SAVIANI, 2011), implica uma articulação perante a sociedade e os indivíduos: ou irá privilegiar o debate conceitual de suas categorias e conceitos tomados autonomamente, ou, por outro lado, poderá reconstituir o processo de autoconstrução humana e a articulação da geografia e seus componentes com esta dinâmica histórica real. No primeiro caso, teremos uma *centralidade do sujeito*, isto é, das várias definições e discussões conceituais em primeiro plano e a história, o humano e a sociedade ficarão secundarizados. No segundo caso, podemos perceber a ligação entre os *conceitos e a vida*, não como uma relação determinista mecânica direta, mas como uma *reciprocidade dialética*, na qual os conceitos e teorias são expressões subjetivas de dinâmicas reais e concretas.

É nesse segundo caminho que acreditamos que o ensino de geografia deva se pautar: na análise de seus conceitos e categorias à luz do conjunto do processo histórico real. História, totalidade, função social e particularidades que ajudam a compreender o espaço geográfico, suas regiões, territórios e locais. Trata-se, com isso, da defesa do realismo.

Importante já afirmar, logo no início, que por realismo não estamos defendendo uma rendição ante a fragmentação caótica de elementos esparsos presentes na realidade. Não estamos cedendo à análise simplista da aparência mais imediata e fenomênica dos processos sociais, mas sim, o realismo enquanto reflexo – no *sentido ontológico* – necessário dos *movimentos essenciais* de uma determinada época em articulação com a sua totalidade social, entendida enquanto síntese dinâmica das várias interações entre as dimensões que compõem a vida humana, como presente nas elaborações de Lukács (2013).

Abandonando a realidade em sua processualidade história enquanto procedimento indispensável para a produção de conhecimento e para a intervenção prática, muito provavelmente, o idealismo se torna inevitável enquanto ilusão de que a consciência possa operar de modo autonomamente absoluto em face da objetividade. Nesse aspecto, apresentamos a seguir as articulações do espaço geográfico com a sociedade e, num segundo momento, as linhas gerais do realismo de perspectiva ontológica em suas contribuições para o ensino e, por fim, nossas considerações finais a respeito desta importante reflexão que é, infelizmente, tão rara nas pesquisas e na prática docente.

O ensino de geografia precisa trabalhar com o que de mais elaborado existe no campo das ciências, das artes, da filosofia e da história; ao mesmo tempo em que deve realizar a crítica das teorias e dos discursos à luz das tendências essenciais presentes na realidade ao longo do tempo. Aqui a importância das formulações da Pedagogia Histórico-Crítica e, também, de Lukács. Este é um grande desafio que temos a lidar do ponto de vista humano-genérico, já que “uma ciência do homem deve cuidar do futuro não como um mero exercício acadêmico, mas para dominá-lo” ela deve “tentar dominar o futuro para o Homem, isto é, para todos os homens e não só para um pequeno número deles” (SANTOS, 2004, p. 261).

A Produção Social do Espaço

É preciso, no ensino e na pesquisa, considerar a geografia sob um duplo aspecto: 1) enquanto complexo social constituinte da vida humana e; 2) enquanto ciência especializada. Enquanto complexo social, a geografia se origina a partir do momento em que os seres humanos começam a transformar a natureza de modo intencional para o atendimento de uma determinada necessidade social (fabricar um instrumento, construir um abrigo, elaborar um arco e flecha etc.). Trata-se da geografização do mundo natural: uma determinada porção da natureza sofrerá diretamente a ação humana e, com o processo histórico, permitirá a complexificação e o surgimento de lugares, territórios, regiões e do próprio espaço geográfico. Nesse primeiro entendimento, é importante considerar que a “práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico mas é também tributária das imposições espaciais” (SANTOS, 2004, p. 172).

Enquanto ciência especializada a geografia trata da espacialização, das multiterritorialidades, dos lugares e das regionalizações que expressam os processos geográficos em suas articulações com a sociedade e com os fenômenos naturais, bem como as influências destes sobre o gênero e as individualidades.

Em ambos os casos, seja como complexo social, seja como ciência; a geografia conforma uma totalidade própria e, ao mesmo tempo, interage com a totalidade consubstanciada pelo conjunto da sociedade em suas múltiplas determinações. A totalidade social é sempre o resultado qualitativo, ou seja, a malha de mediações entre os complexos sociais em suas mais variadas relações. Portanto, é historicamente construída e transformada. O movimento histórico perfaz o movimento geográfico perante as mudanças da sociedade. Novas relações de trabalho, novas interações técnicas, novos objetos geográficos. Aspectos objetivos e espirituais que interagem entre si, sob o campo de possibilidades colocados pela realidade em sua essencialidade. Aliás, o próprio Hegel já alertava que:

O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natureza fluida faz delas momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários (HEGEL, 1992, p. 22).

O espaço geográfico pode ser entendido como produto e produtor de uma determinada totalidade social. Ele congrega as ações territoriais, locais e regionais em suas dinâmicas sob as tendências gerais instauradas pela sociedade enquanto todo e, igualmente, as influencia e as modifica. O espaço é “simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo, em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas” (SANTOS, 2004, p. 163).

O realismo, na busca pela essência dos fenômenos estudados, contribui no ensino de geografia, pois: “a interpretação da realidade ilumina seus conflitos latentes, o que impõe desafios para sua compreensão [...]” (CARLOS, 2007, p. 02). Contradições e movimentos históricos que ajudam a produzir e são influenciados, dialeticamente, pelo próprio espaço, já que “o espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos

os lugares” (SANTOS, 2004, p. 153). O processo de produção do espaço, historicamente determinado e em modificação em face da totalidade que atua, é o foco privilegiado da compreensão da geografia enquanto complexo social ontológico à humanidade. Não se trata de uma escolha arbitrária. Ao contrário, concordamos com o fato de que a “base do conhecimento e da interpretação da realidade espacial não pode, pois, ser encontrada nas sensações ou na percepção. Tal base é sem substância, pois ela é falsa. Só através de sua própria produção é que o conhecimento do espaço é atingido” (SANTOS, 2004, p. 161).

Aqui é preciso cuidado na análise: o espaço é uma totalidade que interage e influencia reciprocamente a totalidade social na qual se insere. Ele possui uma função social particular, algo inerente à sua própria natureza e legalidade. A autonomia do espaço perante a totalidade social maior na qual se encontra é sempre uma autonomia relativa e nunca absoluta. O espaço geográfico da atualidade, extremamente desigual e regido pelos interesses do mercado, é um claro exemplo de que a dinâmica geográfica atua perante os limites, possibilidades e entraves colocados pela sociedade enquanto todo. Esta é uma importante lição do realismo de tipo ontológico ao ensino de geografia. Nesse aspecto, importante notar que:

Se não revelam traços humanos essenciais, se não exprimem as relações orgânicas entre os homens e os acontecimentos, a relações entre os homens e o mundo exterior, as coisas, as forças naturais e as instituições sociais, até mesmo as aventuras mais extraordinárias tornam-se vazias e destituídas de conteúdo (LUKÁCS, 1965, p. 58)

O ensino de geografia, a partir da discussão sobre o espaço geográfico, deve prezar por levar em conta: 1) O *aspecto relacional* de causa e efeito; 2) O *caráter processual e histórico*; 3) A *prioridade ontológica da totalidade* e; 4) as *desigualdades estruturais* na apropriação e produção do espaço. Estes elementos, de ordem ontológica (existentes na realidade) e, portanto, realistas; em nosso entendimento, precisam ser considerados no ensino de geografia numa orientação que objetive desmistificação do espaço geográfico e, portanto, que defenda a busca pela *essência* do espaço.

O *aspecto relacional* nos mostra as interferências que a produção social do espaço sofre e as que realiza nos demais complexos que conformam a sociedade. O seu caráter *processual e histórico*, nos indica apreender os traços de continuidade e os traços de ruptura do espaço com modos de produção anteriores e com as manifestações concretas (relação *essência/aparência*) em cada lugar; aquilo que se manteve, aquilo que se transformou, aquilo que se superou em função do que? Perante quais demandas sociais? Na análise dos fenômenos e processos geográficos é preciso buscar entender aquilo que é *causa* e aquilo que é *efeito* e a ligação entre ambos. Por exemplo: a destruição ambiental existe na realidade contemporânea. A causa não está apenas na consciência das pessoas, mas na maneira como nós, enquanto humanidade, nos relacionamos com a natureza para a produção das condições materiais necessárias para a vida em sociedade. Como esta relação é marcada por uma desigualdade de estrutura, de raiz, todo o resto será impactado, incluindo, os recursos naturais. Balzac já alertava sobre isso ao afirmar em seu conto que “Nem o pintor nem o poeta nem o escultor devem separar o efeito da causa, que invencivelmente estão um no outro. A verdadeira luta está aí” (BALZAC, 1992, p. 15).

A categoria da *totalidade*, entendida enquanto categoria existente na realidade e não criada de modo isolado pela subjetividade humana, apresenta uma enorme importância no ensino de geografia. O

próprio espaço precisa ser entendido enquanto uma totalidade própria que estabelece múltiplas determinações com a totalidade da sociedade em que se movimenta. Nesse aspecto, o momento predominante é sempre da totalidade social. Isto significa que ela irá colocar os rumos, as possibilidades, os limites e os entraves para o espaço geográfico se desenvolver e atuar. O espaço sofre interferência e interfere diretamente, mas as *oportunidades* reais e concretas são dadas pela síntese maior das interações de todos os complexos (educação, arte, ciência, trabalho etc.) entre si: a totalidade.

As *desigualdades estruturais* no espaço geográfico são importantes para entender como o próprio espaço é, ao mesmo tempo, receptor das desigualdades sociais produzidas pela totalidade social e, ainda, como ele mesmo ajuda a produzir tais desigualdades. Trata-se de uma reflexão que também leva em conta as apropriações do espaço pelos diferentes indivíduos e classes. Isto significa que “o estudo do espaço exige que se reconheça os agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho” (SANTOS, 2004, p. 262).

O realismo no ensino de geografia não é um exercício escolástico por si mesmo, mas em defesa do humano. Isto é: a defesa da necessidade de produção de “um espaço, natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado” (SANTOS, 2004, p. 267).

Se não pesquisamos a fundo estes processos, poderemos nos vencer pelo derrotismo imobilista de que nada pode ser feito ou, então, acreditaremos em grandes ilusões sem respaldo real, colocando sobre a educação tarefas que ela não pode realizar, ou seja, supervalorizando-a de modo ingênuo e apressado. Para não incorrer nestes dois extremos, entendemos que a perspectiva ontológica, com base no realismo pode ajudar em tal empreitada extremamente necessária. A educação escolar é o *locus* por excelência do processo de ensino e de aprendizagem nesta sociedade. Isto significa que, de um ponto de vista humano-genérico, no ensino de Geografia (tema aqui em debate) é fundamental a transmissão das objetivações intelectuais mais desenvolvidas pela humanidade historicamente. Este processo de transmissão e assimilação dos clássicos como defende lucidamente Saviani (2011) precisa se basear numa postura crítica ontológica, respaldada na realidade em sua essência, ou seja, o *realismo ontológico*.

Perspectiva Ontológica: Fundamento Necessário do Realismo Autêntico

Durante a maior parte da história da humanidade, pensemos no período do escravismo e do feudalismo, o conhecimento produzido baseou-se numa perspectiva ontológica. Com o surgimento da sociedade moderna tem início uma perspectiva gnosiológica. A primeira trata de considerar o foco, no processo de produção do conhecimento, no *objeto*. Isto significa que todos os pensadores do escravismo e do feudalismo, guardadas as enormes discrepâncias que apresentam entre si, tinham como preocupação primeira a compreensão do que é a realidade: o que é o ser. Uma vez que entra em cena o capitalismo, a partir de Descartes, aproximadamente, tem origem a perspectiva gnosiológica que passa a centrar o foco da análise no *sujeito*.

A preocupação com o objeto fica relegada a um plano secundário e inferior. O sujeito aparece como o polo regente do processo de conhecer. A pergunta agora não é mais o que é o ser e a realidade, mas sim, como deve a razão operar para conhecer, como devemos conhecer, quais as “regras” a serem “aplicadas” para o conhecimento.

Com efeito, o realismo não deve ser confundido, portanto, com a captação do caos de fragmentos que conformam a realidade social. Não é o sujeito do conhecimento que deve “colocar” uma ordem nos dados sociais, mas ao contrário, ele deve extrair do movimento real suas dinâmicas próprias e seus processos efetivos ao longo da história.

Todos os complexos sociais (geografia, arte, educação, ciência, política, ideologia etc.) possuem uma *dependência ontológica*, uma *autonomia relativa* e uma *determinação recíproca* para com o trabalho e a totalidade (TONET, 2013), ou seja, em última instância eles não poderiam existir se não fosse a capacidade humana em efetivar atos de trabalho. Não o trabalho em alguma forma específica de sua manifestação concreta, mas sim, o trabalho enquanto intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza para a produção de valores de uso. Além disso, cada uma dessas dimensões que formam a vida humana possui uma autonomia relativa, já que irão cumprir funções distintas na reprodução da sociedade, de acordo com o campo de possibilidades delimitado pela totalidade social. Por sua vez, cada complexo social interage entre si e com a própria totalidade também, numa dinâmica cheia de determinações recíprocas.

Toda totalidade está fundada numa forma de trabalho. Com o trabalho, podemos observar uma articulação eminentemente social entre a subjetividade/consciência e realidade/objetividade. Para realizar atos laborativos e atingir um objetivo traçado para atender uma necessidade real e existente a consciência precisa investigar sobre os elementos presentes na própria realidade, refletir sobre suas possíveis articulações e vínculos para a objetivação possa, de fato, ser eficiente. Isto nos mostra que, ao contrário do materialismo vulgar, a consciência possui um papel ativo na criação e reprodução da vida social, todavia, isto não significa que ela possa realizar tudo o que quiser ou lucubrar. O campo de possibilidades reais e concreto é determinado pela realidade objetiva, cabe a esta última o papel de *momento predominante*.

Em igual relevância é necessário esclarecer que, ao lado da categoria da totalidade, sempre, em toda relação entre complexos sociais haverá um “momento predominante” (*ubergreifendes Moment*). Desconsiderar da análise o momento predominante é cair no equívoco de compreender a totalidade como imbuída “automaticamente” de um “motor” capaz de promover o seu desenvolvimento e, neste caso, estaríamos afirmando que há uma teleologia na história humana. Ao contrário, quando investigamos sobre o momento predominante na interação dos complexos sociais entre si e com a própria totalidade, percebemos as articulações essenciais que se estabelecem em cada caso. Com relação ao desenvolvimento dos complexos sociais, a totalidade é o momento predominante, porém, com relação à própria totalidade social “a esfera da economia exerce o papel de momento predominante do desenvolvimento objetivo do mundo dos homens”, já que é nesse complexo que se articula a “reprodução primária da vida humana” (ANDRADE, 2011, p. 53). A autora nos explica que a totalidade só pode ser o momento predominante

no desenvolvimento dos complexos, já que ela – a totalidade – desempenha o papel de mediação entre a economia e cada um dos complexos.

Este processo faz surgir a necessidade de outros complexos sociais com funções diversas na reprodução da sociedade. Caberá, por exemplo, à educação a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, técnicas etc. que são determinados socialmente, ou seja, que atendam as possibilidades e os limites instaurados por uma totalidade social historicamente construída. Em outras palavras: “toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são”, deste modo, “consequências das carências sociais daí surgidas” (LUKÁCS, 2013, p. 176). Com isso, podemos entender que a essência da educação “consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de modo socialmente intencionado” (LUKÁCS, 2013, p. 178).

O *realismo da perspectiva ontológica*, dessa forma, consegue captar os movimentos essenciais de determinado objeto, pois é fiel à sua pesquisa e investigação. Não há uma supervalorização da consciência em detrimento do que a realidade apresenta em suas contradições mais íntimas. Lukács desenvolve a perspectiva realista da ontologia marxiana de maneira bem clara em um exemplo:

Quando um automóvel vem ao meu encontro numa encruzilhada, posso vê-lo como um fenômeno tecnológico, como um fenômeno sociológico, como um fenômeno relativo à filosofia da cultura, etc.; no entanto, o automóvel real é uma realidade, que poderá me atropelar ou não. O objeto sociológico ou cultural “automóvel” é produzido, antes de mais nada, em um ângulo visual que depende dos movimentos reais do automóvel e é a sua reprodução no pensamento. *Mas o automóvel existente é, por assim dizer, sempre primário em relação ao ponto de vista sociológico a seu respeito, já que o automóvel andaria mesmo que eu não fizesse sociologia alguma sobre ele, ao passo que nenhum automóvel será posto em movimento a partir de uma sociologia do automóvel. Há, pois, uma prioridade da realidade do real, se assim se pode dizer; e, segundo penso, devemos tentar voltar a estes fatos primitivos da vida e compreender os fenômenos complexos a partir dos fenômenos originários.* (LUKÁCS, 2014, p. 27, destaques nossos)

Isto significa que a realidade é o critério máximo, nesta perspectiva que estamos tratando, para a elaboração da crítica e a construção do conhecimento. É a realidade, em seu processo histórico real, que permite confrontar teses, teorias, ideologias com a sua própria dinâmica e criticá-las. Notemos, dessa forma, que a crítica para o realismo ontológico, não se baseia em critérios subjetivos apenas de preferência ou recusa elaborados *a priori*. A crítica serve para verificar em que medida estas teorias ou ideologias correspondem à realidade em sua tendência histórica ou não. Por sua vez é também a realidade que deve servir de base para a elaboração de um conhecimento científico verdadeiro, isto é, para a produção da ciência que consiga apreender a *essência* dos fenômenos estudados em articulação com a manifestação concreta da diversidade de sua *aparência*. A realidade se conforma em ponto de partida, em assim o sendo, todavia, avança-se, por meio da pesquisa, na apreensão das determinações mais gerais, das articulações que exercem o papel de momento predominante, enfim, consegue-se almejar a relação do objeto com a totalidade em uma *síntese aproximativa* essencial.

No que se refere à educação escolar, um ensino de geografia que não preze pela transmissão dos clássicos das artes, das ciências e da filosofia (SAVIANI, 2011) e isto, por sua vez, numa orientação crítica

(LUKÁCS, 2013) estará contribuindo, mesmo que de modo inconsciente, com os interesses das classes dominantes e não da classe trabalhadora.

Novamente trazendo as contribuições de Lukács é preciso dizer que “o objeto é o que existe realmente; a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões no seu interior” (LUKÁCS, 2014, p. 27). Em decorrência disto, não devemos, na pesquisa educacional, pesquisar a educação de modo apartado da totalidade social que está em articulação, pois “os processos parciais só são compreensíveis como partes do organismo complexo” (LUKÁCS, 2014, p. 28). Este é núcleo do *realismo autêntico* sob a angulação ontológica. Se pesquisarmos a educação examinando-a por si mesma (e, por incrível que isto pareça é o que acontece na enorme maioria dos casos), muito provavelmente, tenderemos a acreditar ser possível transformá-la significativamente, sem a correspondente transformação significativa da ordem social. Lukács pondera a seguinte afirmação a respeito do realismo na arte:

A meta de quase todos os grandes escritores foi a reprodução artística da realidade: **a fidelidade ao real, o esforço apaixonado para reproduzi-lo na sua integridade e totalidade**, tem sido para todo grande escritor (Shakespeare, Goethe, Balzac, Tolstói) o verdadeiro critério da grandeza literária. (LUKÁCS, 2010, p. 24, grifos nossos)

Penso que também este deve ser o esforço no ensino e na pesquisa em geografia: perquiri-la em sua vinculação real com a totalidade social contemporânea em seu processo de constituição e, ainda, realizar tal empreitada sem deformações da essência humana rebaixada a horizontes mesquinhos, concorrenciais, fragmentados ou imutáveis. Em resumidas contas, é preciso, na pesquisa educacional “captar e reproduzir a realidade tal como ela é, objetivamente, na sua essência” (LUKÁCS, 2010, p. 29). Novamente sobre isso, Balzac acertadamente pondera que:

Temos de **aprender o espírito**, a alma, a fisionomia das coisas e dos seres. Os efeitos! **Os efeitos!** Mas se eles são os acidentes da vida e não a vida! Uma mão, já que recorri a esse exemplo, uma mão não está unicamente presa ao corpo, ela exprime e continua um pensamento que **é preciso aprender** e reproduzir (BALZAC, 1992, p. 15, grifos nossos)

Dessa maneira, podemos seguramente afirmar que o autêntico realismo de perspectiva ontológica se baseia em: 1) a *apreensão do objeto em estudo em suas múltiplas interações* com as demais dimensões sociais e junto à própria totalidade social; 2) leva em consideração a *prioridade da objetividade sobre a subjetividade* (isto não quer dizer que a consciência não tenha relevância alguma, pois os pesquisadores precisam mobilizar seus conhecimentos científicos, estéticos, históricos e filosóficos para o entendimento do objeto, entretanto, trata-se do objeto como ele é em seu processo de constituição e articulação com a sociabilidade em que se insere e, portanto, o pesquisador não deve “recortar” ou “criar” o objeto, mas sim, “revelar”, isto é, “traduzir” sua dinâmica interna); 3) a investigação sobre o *momento predominante* com o trabalho e a totalidade e; 4) o estudo sério e sistemático sobre a *função social dos complexos sociais* ao longo do processo histórico. A Pedagogia Histórico-Crítica: ao defender o *papel do professor* no processo de transmissão daquilo que de mais desenvolvido a humanidade objetivou no campo das artes, das ciências e da filosofia e ao defender a *educação escolar* contra o esvaziamento dos conteúdos clássicos contribui com a

integridade humana. O realismo e a crítica de cunho ontológico (LUKÁCS, 2013), muito pode auxiliar nesta tarefa.

Conclusões

Nosso intuito com o presente texto foi apresentar, em linhas gerais, as tendências da produção social do espaço geográfico e a premência do realismo de caráter ontológico no ensino de geografia. Como explicamos anteriormente, o realismo não deve ser confundido como sinônimo de fragmentos espalhados de modo aleatório na própria vida social.

De modo geral, o ensino de geografia se resume à descrição das características físicas, sociais, econômicas ou culturais do espaço geográfico e dos distintos territórios ou regiões. Contudo, entendemos que esta ciência pode contribuir com o entendimento crítico e histórico das raízes que estruturam o processo de produção e reprodução social. Para atingir este objetivo, demonstramos a importância da postura realista de talhe ontológico.

O realismo diz respeito, em nossa discussão, à apreensão das *tendências essenciais* que se realizam na sociedade atual, a busca pela compreensão do *momento predominante* na relação entre os complexos sociais, no sentido de aproximação à síntese das *determinações recíprocas* destes mesmos complexos que conformam a *totalidade*. É preciso ter claro que a educação não é o carro chefe da transformação social. Certamente ela interfere e sofre interferência na sociedade, contudo, como demonstramos, o campo de limites e possibilidades para o espaço e para a educação atuar são instaurados pela sociedade enquanto totalidade.

O realismo, de perspectiva ontológica, recoloca no ensino e na pesquisa a preocupação maior com o ser humano, com o gênero. Numa sociedade em que o espaço é essencialmente desigual na sua produção e na sua apropriação perante indivíduos de distintas classes sociais, entendemos que, mais do que nunca, há a premência em recolocar as autênticas necessidades humanas em primeiro plano. Por isso mesmo, a postura realista permite criticar todas as formas de ilusão e não “contar com a possibilidade de criarmos uma ruptura num breve espaço de tempo; por outro lado, não devemos cair na visão pessimista segundo a qual é absolutamente impossível exercer uma influência, por menor que seja” (LUKÁCS, 2014, p. 107).

Referências

ANDRADE, M. **Trabalho e Totalidade Social: O Momento Predominante da Reprodução Social na Ontologia de Lukács**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 123 p. 2011.

BALZAC, H. A obra-prima ignorada. In: **A comédia humana**. São Paulo: Globo, 1992.

CARLOS, A. F. A. A “Geografia Crítica” e a Crítica da Geografia. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Vol XI, Vol 245 (3), 2007.

- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito** – Parte I. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LUKÁCS, G. **Ensaio sobre Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- LUKÁCS, G. Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – II**. São Paulo: Boitempo: 2013.
- LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács**: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz/Georg Lukács. Tradução de Gisieh Vianna. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova** – Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. Campinas – SP: Autores Associados, 2011.
- TONET, I. **Método Científico – Uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
-

Notas:

- 1 Docente e Pesquisador na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFMS em Campo Grande - MS. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8544-3756> Email: rafaelrossied@gmail.com

Recebido em: 25.05.2019

Aprovado em: 25.05.2020